

1  
2  
3

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E  
CIDADANIA

4  
5

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná  
CERMA/PR

6Ao quinto dia do mês de Maio de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos,  
7através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, conforme  
8Resolução 075/2020. Deu-se início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual  
9dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes,  
10conforme convocação os conselheiros **Titulares Governamentais:** Lucimar Pasin  
11Godoy (SESA), **Suplentes Governamentais:** Mônica Meister Grabarski (SESP), ,  
12Luciane Taline (SEJUF/DAS) **Titulares da Sociedade Civil:** Márcia Terezinha Ponce  
13(Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), Deusa Rodrigues Favero  
14(Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Cassiana Kreher (Aldeias Infantis SOS Brasil),  
15Maria de Lourdes Bernartt (SPM Francisco Beltrão), Ana Sofia Guerra (CRP),  
16**Convidados;** Isabella Traub (MP/PR), Elizete S. Oliveira (Pastoral dos Migrantes),  
17Richard Gerard (Pastoral do Migrante), Tatyana S. Friedrich (UFPR),  
18Nerissa Krebs Farret (OIM-ONU), Gisele Netto (ACNUR), Dra Criatiane Lopes  
19Sbalqueiro (MPT), **1. Abertura.** Dando início a reunião, a Presidente do Conselho,  
20Márcia Ponce, solicitou a autoapresentação dos conselheiros e, em seguida, apontou  
21os pontos de pauta a serem expostos e debatidos. **2. Apreciação e aprovação da**  
22**pauta.** Pauta aprovada. **3. Justificação de falta dos Conselheiros(as).** Yuri Roesler  
23da Cunha Rodrigues (SESP) Claudir Volnei Nowotny (Casa Civil); A Secretária  
24Executiva Kelly Letchakowski justificou que a expressividade da ausência da  
25representação dos conselheiros governamentais na reunião deve-se ao fato de que  
26ocorre um processo de substituição de tais conselheiros, inclusive com ocasião de  
27exoneração; logo, todas as substituições desenrolam-se conforme o rodízio de  
28teletrabalho em execução durante a pandemia do COVID-19, com algumas questões a  
29serem resolvidas em relação à documentação, que demanda tempo. **4. Aprovação da**  
30**Ata de Setembro de 2019.** A conselheira Isadora realizou a observação de que seu  
31nome fora digitado errado, solicitando correção. Sem mais considerações, ata  
32aprovada. **5. Convidada Dra. Cristiane Lopes.** A convidada fora solicitada à palavra  
33para explanar acerca de algumas questões das quais o Ministério Público toma  
34partido. A presidente ainda expressou que se solicitou à doutora que se manifestasse  
35em relação à questão das empresas que estavam no processo de interiorização  
36laboral que o exército brasileiro tem exercido, elucidando se há algum  
37acompanhamento a nível federal do Ministério Público, tendo em vista que se tomou  
38conhecimento de algumas situações com graves problemas. Sendo assim, a Dra.  
39Cristiane explanou que trataria a respeito da política emergencial de preservação de  
40empregos, por conta da pandemia do COVID-19, sobre as possibilidades de mediação  
41no Ministério Público do Trabalho, em relação também à interação com o processo de  
42interiorização capitaneado pelo Exército Brasileiro e, por fim, explanação sobre a  
43construção de uma política específica de acolhimento de migrantes em épocas de  
44pandemia. Sendo assim, deu início às apresentações tratando a respeito da política  
45emergencial de preservação de empregos exprimindo que a política trabalhista está

7

8

9



46vinculada à política assistencial, pois se encontra em um momento de fim do emprego,  
47exigindo maior desempenho do benefício emergencial; logo, o binômio é indissociável.  
48A política teve início com a lei 13982/2020, onde se menciona o auxílio emergencial.  
49Com isso, manifestou, em linhas gerais, que logo que eclodiu a crise, fora editada a  
50MP 927, que está valendo e tem dispositivos úteis para o enfrentamento dessa  
51situação, visando os que possuem situação de trabalho formalmente estabelecida. A  
52medida possui previsões necessárias, salientou a doutora, que se encontram no art.  
533º, como o teletrabalho, a antecipação das férias individuais e a possibilidade de  
54concessão de férias coletivas, entre outras medidas, mas informou sobre disposições  
55questionáveis, como a menção da possibilidade de suspensão de exigências  
56administrativas em segurança do trabalho, no inciso 6, e também no inciso 7, onde se  
57menciona o direcionamento do trabalhador para qualificação. Sobre a suspensão das  
58exigências administrativas, a doutora expressou que folga em declarar que houve uma  
59decisão do Supremo em colegiado que declarou a inconstitucionalidade dessa parte  
60da medida. Manifestou ainda que demais medidas lidas como inconcebíveis,  
61presentes na MP, estão sendo apontadas como inconstitucionais por parte do  
62Ministério Público, como a possibilidade de redução salarial sem levar em conta  
63anteriormente a negociação coletiva com participação dos sindicatos. A doutora  
64esclareceu que tais processos e procedimentos são expostos na reunião porque as  
65anomalias podem estar acometendo migrantes dentro do Estado. A respeito do envio  
66do trabalhador às qualificações, sem custo ao empregador, relatou que o absurdo fora  
67exposto e obteve-se a revogação da medida. A MP ressalta também que o direito a  
68férias é anual, impedindo que o empregador aplique seguidas férias ao empregado e  
69depois queira recolher seu direito no próximo ano. Por fim, a doutora salientou que o  
70direito à emissão da CAT deve ser preservado, assunto do qual muitas vezes os  
71migrantes precisam ser orientados. A conselheira Juliana questionou que se a  
72empresa se negar a emitir a CAT, qual seria o procedimento. A doutora, com isso,  
73expressou que o sindicato pode se encarregar de tal emissão, mas com a necessidade  
74de se realizar uma denúncia, seja ao Ministério Público do Trabalho ou à Inspeção do  
75Trabalho, já que a recusa requer abertura de investigação de caso. Adiante, a doutora  
76apresentou a segunda MP, a 936, elaborada e publicada para suspender certos  
77equivocos da anterior, como a definição de que em casos de suspensão a empresa  
78vê-se na condição de efetuar o pagamento de 30% do salário do trabalhador e o  
79Ministério da Economia vê-se responsável pelo restante. A funcionalidade da MP 936  
80atinge também trabalhadores e trabalhadoras domésticos, do qual a doutora expôs  
81impressões gerais que demonstram o conhecimento de que os empregadores  
82contratantes de diaristas têm dispensando os trabalhadores sem realização do  
83pagamento de qualquer forma, deixando-os à mercê, mas que não existe instrumento  
84que gere obrigatoriedade nesse sentido; contudo, o Ministério Público do Trabalho  
85expediu uma recomendação sobre o serviço doméstico, em que se manifestou que o  
86correto a ser feito é a suspensão do contrato, pois há dois riscos que circundam a  
87manutenção desse trabalho: a exposição que ele vive ao estar constantemente no  
88transporte público e a própria ruptura da quarentena; no entanto, há algumas  
89circunstâncias em que tal manutenção é concebível, como a cobertura dos  
90profissionais da saúde, que estão na linha de frente no combate ao COVID-19,  
91impossibilitados muitas vezes de exercer seu trabalho doméstico e, quando mais,

13

14

15



92cuidar de seus filhos – demais profissionais essenciais também constam em tal  
93permissividade, devido ao aumento da demanda. A MP ainda torna o processo de  
94diminuição da jornada de trabalho menos complexo. A Dra. Cristiane, afinal, elucidou  
95que situações referentes aos direitos durante uma pandemia são deficientes devido à  
96sua construção enquanto os problemas acontecem, entendendo no dia a dias quais  
97são as situações em evidência que precisam ser solucionadas ou combatidas.  
98Avançando, a doutora adentrou a situação da conversa com empregadores sobre  
99condutas relacionadas aos migrantes, tendo em vista violações de direitos laborais. A  
100doutora expressou que é necessária paciência ao esclarecer tal questão, tanto ao  
101migrante empregado, quanto ao empregador, já que a maioria dos contratantes  
102dessas pessoas que vêm de fora são microempresários, expostos de maneira mais  
103profunda às fortes situações de crise, como a que o país atravessa, e que esse é um  
104trabalho para as entidades de natureza assistencial; para tal, a doutora explanou a  
105possibilidade de que se abra um fórum de mediação entre empregado e empregado  
106no Ministério Público do Trabalho. Adiante, Dra. Cristiane tratou sobre o processo de  
107interiorização conduzido pelo Exército Brasileiro. Manifestou que realizou uma  
108pesquisa na página do Exército e não encontrou nada acerca deste, com a informação  
109apenas de que quem o realiza é o Ministério da Economia, que também não assume a  
110responsabilidade. Sendo assim, a única notificação de abuso que a doutora teve  
111contato fora de que possivelmente uma empresa em Maringá contrataria  
112venezuelanos em excesso, sob condições questionáveis, trazendo-os da fronteira  
113ilegalmente. Contudo já existe um inquérito em curso e sem pausas mesmo nesse  
114momento de crise do COVID-19. Por isso, a Doutora exprimiu que se necessita de um  
115elemento para provocar o Exército, de maneira a retomar as diligências por Brasília e  
116voltar a questionar a força armada, com granularidade da informação. Entrando no  
117quarto ponto, Dra. Cristiane expressou a necessidade de se articular uma maneira  
118mais coesa, realizando uma provocação com viés de recomendação para os  
119municípios e para o Estado, a fim de que observem especificidades da questão  
120referente ao migrante nessa política de enfrentamento emergencial ao COVID-19,  
121observando as necessidades que precisam constar nesse decurso. Sendo assim,  
122apresentou quatro eixos: combate à fome, acesso às prestações sociais emergenciais,  
123moradia – aluguel social ou outras políticas – e a formação para o trabalho – geração  
124de emprego ou renda. Cada ente federado precisa ter pensado e implementado tais  
125medidas específicas para os migrantes. A doutora chegou a sugerir, se for necessária,  
126a geração de políticas, em tais termos, específicas para os migrantes, tendo em vista a  
127obtenção de sucesso que alguns coletivos atingiram com a distribuição de cestas  
128básicas, por exemplo. No caso da bolsa no valor de R\$70,00, distribuída em Curitiba,  
129a doutora provocou que ela deve chegar a todos os migrantes, encontrando meios  
130para encontrá-los, com apoio de ONG's e entidades que auxiliam e recebem os  
131migrantes. A conselheira Tatiane questionou se o auxílio apontado pela doutora não  
132fora substituído pelo auxílio ofertado pela Secretária da Educação, pois informou que  
133recebeu que seria disponibilizado tal auxílio às famílias que têm o filho matriculado nas  
134escolas, e que, em tese, substituiria o auxílio nomeado de 'Vale-Compras do Armazém  
135da Família'. A presidente apontou perceber a intervenção e questionamento como uma  
136ilustração da importância de que se provoquem os municípios a fim de que eles se  
137capacitem para incluir os migrantes em todas as políticas previstas, integrando eixos

16

17

18

19

20

21



138de combate à fome e, afinal, acesso às prestações emergenciais. Dra. Cristiane  
139esclareceu que tal situação não está atrelada ao fato de a pessoa possuir ou não o  
140bolsa família e que substituindo, de fato, o vales-compra, então englobará as famílias  
141inscritas no CRAS, de acordo com a interpretação que acessou no documento. A  
142conselheira Juliana CRESS no entanto, esclareceu que o vales-compra estava  
143atrelado às famílias cadastradas no CadÚnico, e os que lá não constavam até certa  
144data, receberia uma cesta física; com a informação da substituição pela escola, a  
145distribuição passaria a ser aberto a todos os matriculados, mas que o processo de  
146junção do processamento das informações seria matéria para análise da SEJUF, com  
147o intuito de também orientar o conselho. A conselheira Luciane (SEJUF/DAS) porém,  
148ressaltou que o auxílio é matéria municipal, e não estadual; logo, a informação deve  
149ser solicitada ao município de Curitiba. Esclareceu também que o auxílio distribuído  
150pelo 'Comida Boa' é da SEAB e não da SEJUF, por enquanto. A Dra. Cristiane, assim,  
151ressaltou mais uma vez a necessidade de que se acompanhe os migrantes a fim de  
152avaliar se estão realizando o cadastro corretamente; para isso, capacitação dos  
153monitores atuantes na ponta, tendo em vista o trabalho de orientação. Em relação à  
154moradia, a Doutora apontou para a situação de vulnerabilidade que muitos migrantes  
155enfrentam vivendo na rua, enquanto há prédios abandonados, hotéis desocupados e  
156lugares desapropriados disponíveis para construção e instalação, que podem servir de  
157morada, ainda que transitória, de tais migrantes, colocando, logo, a necessidade de os  
158municípios observem seus locais ociosos e desenvolvam uma estratégia para  
159enfrentar a situação. Por fim, após tais assistências, visualizar a formação para o  
160trabalho. Embora o país atravessasse um momento cataclísmico, expressou a doutora,  
161não se pode deixar de construir políticas para manutenção e para posteridade de tais  
162migrantes. Portanto, a doutora expressou que coloca suas recomendações para  
163debate, para que se possa construir linhas e exigi-las, e aderindo ou não tais  
164construções, participando de maneira indireta das recomendações que seriam  
165enviadas aos municípios. Posteriormente à apresentação, abriu-se inscrição para as  
166conselheiras realizarem perguntas ou colocações. A presidente e a conselheira  
167Isabela inscreveram-se. A presidente Márcia destacou que da questão da migração  
168laboral, rememorou a situação ocorrida em Campo Largo em que uma empresa  
169possuía trabalhadores irregulares, mas não fora possível avançar na questão porque  
170os empregados não denunciaram por medo; a presidente explanou que citou tal  
171questão para demonstrar que existem outros casos e relatos que vêm surgindo no  
172Estado. Em relação ao caso de Maringá, manifestou que a conselheira Andressa, que  
173levou o caso à plenária, informou que não poderia estar presente justamente por ter  
174sido convocada pelo procurador do Ministério Público do Trabalho. Adiante, então, a  
175presidente questionou a doutora a respeito do relato de que na região noroeste do  
176Estado a COVID-19 teria se alastrado dentro de uma frigorífica, onde existiria uma  
177concentração de trabalhadores; sendo os frigoríficos grandes empregadores da mão  
178de obra migrante, a presidente questionou à doutora que ao serem identificados tais  
179trabalhadores e confirmado que foram infectados no ambiente de trabalho se haveria  
180alguma garantia de estabilidade que possa evitar uma redução salarial, ou, quando  
181mais, garantir o seu emprego. Questionou ainda se os sindicatos dentro dessa  
182categoria estão fortalecidos. Dra. Cristiane respondeu que em casos comprovados de  
183infecção por corona vírus em frigoríficos existem medidas que devem ser tomadas

22

23

24

25

26

27



184pela empresa, como afastar o trabalhador infectado, realizar testes nos trabalhadores  
185do turno e, se necessário, fechar o turno ou a fábrica – nesse caso, quando não  
186houver a adoção das medidas necessárias, a partir da intervenção do Ministério  
187Público do Trabalho. Logo, é necessário impedir a sub notificação e procurar realizar  
188denúncias. Se comprovada a infecção no ambiente de trabalho, o trabalhador tem  
189direito a indenização, quando a empresa não adotou as medidas necessárias. A  
190doutora ressaltou que nisto se encontra a necessidade de transparência de dados, que  
191evidenciam a omissão e, dessa forma, a culpa, além do direito ao auxílio  
192previdenciário, mas que esbarra em problemas dentro do INSS. Contudo, a doutora  
193expressou que no Brasil há a dificuldade provinda da falta de testes, o que acarreta  
194em medidas precipitadas, e anunciou que o Paraná iniciará um período de testes  
195massivo, mudando radicalmente em relação ao restante do país. Em relação ao  
196sindicato, a doutora manifestou desconhecer a força destes, mas que é atribuição da  
197empresa a realização da CAT e que o Ministério Público do Trabalho também pode  
198atuar, se o empregado solicitar. A conselheira Isabela apontou à recomendação que a  
199Dra. Cristiane mencionou, do qual expressou reconhecer importância. Expressou que o  
200Ministério Público do Trabalho realizou uma recomendação aos prefeitos e secretários  
201municipais de saúde, encaminhado no final de março, sobre os pontos referentes aos  
202abrigos para os migrantes, atendimento de assistência social – capacitando os  
203agentes -, realização de exames e testes necessários para possíveis acometidos pela  
204doença, distribuição de itens de higiene e cestas básicas, concedidos benefícios  
205específicos, reforço alimentar e nutricional e que fosse disponibilizado material  
206informativo em relação ao COVID-19, do qual se expôs em prontidão um material  
207desenvolvido pela UFPR, traduzido para os principais idiomas. Relatou que ainda não  
208fora recebida resposta dos municípios. As recomendações também foram  
209encaminhadas às secretarias de Estado, das quais também não emitiram resposta de  
210quais medidas estariam sendo realizadas. Logo, a conselheira manifestou que  
211precisaria ser feito algo a mais, já que apenas as recomendações não obtiveram  
212resultado. A conselheira expressou que estará com as principais promotorias do  
213Estado, a fim de que estas tenham atuação mais decisiva em relação ao assunto. A  
214Dra. Cristiane solicitou o texto da recomendação e relatou trabalhar de maneira  
215insistente, a fim de alcançar a adesão, e visualizou tomar parte em medidas legais  
216para fazer com que o processo aconteça. A doutora ainda manifestou que há coisas  
217sendo realizadas, mas que por motivos quaisquer o Estado e os municípios,  
218especialmente o de Curitiba, não enviaram a resposta. A conselheira ainda manifestou  
219preocupação em se gerir políticas pós-pandemia que objetivem a reinserção destas  
220pessoas. Por fim, a conselheira reiterou a importância da recomendação administrativa  
221conjunta. A presidente também se manifestou seguindo a mesma linha, e ainda  
222destacou a relevância de que o CERMA esteja aparente nos espaços públicos, a fim  
223de que seja de conhecimento público, pela garantia da participação do migrante.  
224Nesse sentido, a Dra Sílvia Xavier SEJUF manifestou que ao assumir o CEIM solicitou  
225a presença de uma equipe que levasse o trabalho ao interior do Estado, apresentando  
226o projeto de que para tal se fizesse uma capacitação em todos os ER's por meio da  
227Secretaria de Justiça, recorrendo também ao MP; a ideia foi aceita, assim, a  
228conselheira manifestou contar com o auxílio de todos os órgãos, a fim de que se  
229construa tal formação. Adiante, a conselheira Tatiane expressou que a ideia de realizar

28

29

30

31

32

33



230uma comunicação coletiva, a fim de pulverizar os quatro pontos que a Dra. Cristiane  
231explicitou, seria o ideal a se atingir, principalmente no interior, mas manifestou também  
232estarcimento que mesmo diante de divulgação ainda se lida com absurdos de  
233migrantes em situações precárias. Logo, apontou a demanda de se mobilizar as  
234entidades públicas, além de chamar a atenção para o processo delicado de transição  
235durante um momento de eleição. Colocou-se à disposição enquanto universidade e  
236solicitou que sejam criadas orientações prontas um pouco mais básicas, a fim de  
237tornar o trabalho mais dinâmico. Por fim, a conselheira questionou à Dra. Cristiane se  
238diante da situação seria melhor a demissão do que a suspensão, tendo em vista as  
239dificuldades de retomada econômica que algumas empresas obterão ainda na pós-  
240pandemia. A conselheira ainda apontou a necessidade de se citar o nome das  
241empresas investigadas, tendo em vista que estas podem constar no rol de Boas  
242Práticas, logo passíveis de exclusão se confirmada atitude. Retomando o caso de  
243Maringá, a presidente ainda explanou que a problemática também está centrada no  
244envolvimento de uma associação de estrangeiros da cidade, em uma condição de  
245opressão de migrante para migrante; dado isso, a necessidade de investigações mais  
246profundas antes explicações ou colocações durante a reunião. A Dra. Cristiane ainda  
247se colocou à disposição para auxiliar na elaboração de um material com perguntas e  
248repostas acerca da migração laboral. Respondeu que em algumas situações a  
249demissão pode ser sim o melhor caminho, porém, em grande parte das situações, o  
250migrante está em vínculos de trabalhos muito curtos, podendo não fazer jus ao  
251seguro-desemprego; tais repostas sobre as condições do seguro-desemprego podem  
252constar no material educativo, apontou. A conselheira Elisete acrescentou um ponto às  
253ações expostas pela Dra. Cristiane, manifestando preocupação em como enfrentar a  
254violência à criança e a mulher migrantes, tanto a violência física quanto à emocional.  
255Sugeriu também que além elencar tais pontos, também esmiunçá-los no mesmo  
256material, a fim de gerar escopo informativo e propôs que, dentro das  
257videoconferências, se indicassem pessoas para auxiliar e participar dos debates,  
258trazendo temas diversos referentes ao migrante. Já a Dra. Gisele colocou a equipe da  
259ACNUR à disposição para participar da elaboração do documento, deu boas vindas à  
260Dra. Sílvia e manifestou que o ACNUR possui uma série de treinamentos e  
261capacitações realizadas a distância sobre refúgio e sua situação no país, tendo em  
262vista que se trabalha com a acolhida, constando inclusive o que se realiza durante a  
263pandemia. Expôs também que o ACNUR desenvolveu uma plataforma específica para  
264migrantes, o site [www.ajuda.acnur.org](http://www.ajuda.acnur.org) e a ideia central é de compilar as ações  
265produzidas e facilitar a disposição e acesso. Além dessa, expressou em relação a uma  
266iniciativa voltada ao trabalho, a plataforma Empresas com Refugiados, voltada para o  
267empresariado onde consta várias iniciativas de boas prática com casos que deram  
268certos em demais lugares, além de um passo a passo sobre contratação de  
269refugiados. A Dra. Gisele informou que não tomou conhecimento sobre o caso de  
270migração laboral com a empresa de transporte até pouco tempo, da qual assim que  
271soube reportou a situação internamente, mas que só se pode agir de maneira formal  
272após a obtenção de dados. A conselheira Lucimar realizou três apontamentos:  
273expressou que as notas orientadoras da saúde em relação ao Coronavírus podem ser  
274dispostas para as orientações que se almeja; relatou também que a Escola Nacional  
275de Saúde Pública lançou notas sobre saúde em diferentes âmbitos, na qual consta

34

35

36

37

38

39



276documento sobre saúde mental do migrante, indicando como de interesse do CERMA  
277para compor seu material; informou ainda que se lançará em parceria com a  
278conselheira Tatiane um material mínimo com orientações sobre prevenção à violência.  
279A conselheira Elisete, retomando a fala da Dra. Cristiane lá no início, retratou com os  
280migrantes entram no país sem passar por um processo de acolhida e mantêm-se à  
281deriva, expostos à vulnerabilidade, mas não deixam de vir, e as instituições acabam  
282por não ter conhecido, já que a recepção de início não é realizada. Dessa maneira,  
283perceber como está sendo conduzida a situação no Estado, a fim de contribuir  
284também no plano federal. A Dra. Cristiane esclareceu que a acolhida consta na  
285plataforma do exército, mas o que não ocorre, de fato, é a diligência para o trabalho,  
286da qual passa a responsabilidade para o Ministério da Economia – que também exime-  
287se deste. Em relação à coibição da violência contra crianças e mulheres migrantes, a  
288Dra. Cristiane manifestou que não colocou tal ponto nas questões fundamentais  
289porque existe um número pequeno de migrantes mulheres em detrimento da política  
290brasileira – que precisa fortalecer-se no combate à violência de mulheres e meninas,  
291embora a questão estritamente voltada às migrantes seja também de grande  
292preocupação; mas a política ainda está pouco desenvolvida em face ao  
293assistencialismo, onde se pode pleitear um olhar especializado. A doutora agradeceu  
294a disponibilidade do ACNUR e manifestou que contará com a entidade na elaboração  
295de documentos, integrando-os. Das notas orientativas do SESA, exprimiu perceber  
296grande valia, agregando aos conhecimentos e enfrentar a questão dos frigoríficos com  
297mais propriedade. A conselheira Tatiane ainda retomou o assunto da violência sexual,  
298dizendo que houve a chegada de uma grande demanda na Universidade, e relatou  
299que se prepara um material e disponibilizar-se-á um número atendendo em tempo  
300integrais mulheres migrantes vítimas de violência, focado em Curitiba e região  
301metropolitana em um trabalho do direito e da psicologia da Universidade. Adiante, a  
302presidente rememorou a qualidade de se levantar com a Sociedade Civil pontos em  
303relação ao encarceramento, sendo uma das sugestões de conhecer o trabalho da  
304Pastoral Carcerária, onde constam levantamentos de migrantes encarcerados; logo, a  
305sugestão como ponto de pauta da próxima reunião, atentando para orientações e  
306cuidados quanto aos acompanhamentos de vítimas e acusados de crimes envolvendo  
307migrantes, tendo em vista questões problemáticas cerceadas pela dificuldade de  
308comunicação por conta da língua e dificuldade de compreensão da lei e diferenciação  
309cultural, assim gerando clareza na explanação, a fim de salvaguardar essas pessoas  
310que adentram um novo país de cometer delitos sem conhecimento. Para tal, a  
311conselheira Tatiane destacou o trabalho em rede, recebendo informações vastas e  
312podendo monitorá-las. O assunto foi encaminhado para a próxima discussão para ser  
313amplamente discutido. **6. Reunião Descentralizada de Goioerê:** a presidente iniciou  
314dizendo que existem dificuldades, já que impossibilitados de realizar reuniões  
315presenciais. A Secretaria Kelly rememorou que enviou uma nota de esclarecimento da  
316antiga diretora do DEDIF a todos os conselhos de que estariam suspensas as  
317reuniões presenciais; sendo assim, reencaminharia o ofício em conjunto ao decreto do  
318Governo do Estado proibindo aglomeração de pessoas, atingindo não só a reunião de  
319Goioerê, mas todas as demais descentralizadas, com necessidade de  
320acompanhamento. A conselheira Cassiana informou que se recebeu a notícia de que o  
321projeto Brasil Sem Fronteiras, conveniado com a ACNUR, infelizmente não será

43

44

45



322renovado, sendo 30 de junho de 2020 a data de encerramento do contrato em  
323Goioerê. Elucidou que o fechamento não se deve aos números, mas que o corte  
324estabelecido acometeu os menores centros. Contudo, as Aldeias Infantis  
325permanecerão. A Dra. Gisele manifestou que o corte teve sua necessidade devido ao  
326aumento de demanda na fronteira, com a necessidade de remanejar pessoal, mas  
327expressou o desejo de que se mantenha alguma ponte na cidade para as famílias que  
328permanecerão no local; para tal, pôs-se à disposição, a fim de que o ACNUR realize o  
329apoio nesse sentido. Cassiana registrou que o município ainda consegue realizar o  
330monitoramento das famílias que lá estão, sendo realizado um fortalecimento de  
331vínculo nas Aldeias Familiares. Mas registrou que a falta de pessoal e a  
332impossibilidade de a conselheira prestar dedicação exclusiva ao assunto trazem  
333problemas; assim, apontou a necessidade, de fato, do auxílio do ACNUR. Diante dos  
334fatos, dada a continuidade da instituição, a SEC expressiu que pode ocorrer uma  
335substituição de conselheiros, mas que se verificará que se a representatividade  
336continua se não há atividade em relação aos migrantes; no caso de ser apenas um  
337encerramento de projeto, com a continuidade da política, a representação manter-se-  
338á. **7. Comissões de Informações Emergencial CERMA/Pr:** a presidente apontou que  
339a proposta de continuidade, devido ao problema da pandemia e a impossibilidade das  
340comissões reunirem-se como acontece normalmente, foram levantadas as seguintes  
341proposições: propor que as comissões encontrem um meio de reunião, através da  
342videoconferência, reunindo os responsáveis por pasta, reorganizando o trabalho pelos  
343moldes viáveis, além disso, a criação de uma comissão emergencial de comunicação  
344com o intuito de melhor gerir e cuidar do migrante nesses tempos, já que, registrou a  
345presidente, sente falta de uma atuação de comunicação mais incisiva e ágil do  
346CERMA nos espaços da assistência durante a pandemia. A conselheira  
347Juliana(CRESS), assim, propôs que o estabelecimento da composição da comissão  
348seja encaminhada para a próxima reunião, tendo em vista o baixo número de pessoas  
349presentes na reunião neste momento da sua fala. O encaminhamento foi aceito. **9.**  
350**Encerramento:** após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a  
351presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se.

46

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

47

Divisão de Apoio aos Concelhos DEDIF/SEJUF (41) 3210-2610 e-mail: cerma@sejuf.pr.gov.br

48

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N - 1º Andar Ala D Centro Cívico | Curitiba /PR | CEP 80530140